



**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS**  
**LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA**

**TAMILTON GOMES TEIXEIRA**

**AS POLÍTICAS ECONÔMICAS E ANÁLISE DE PROGRAMA DE  
AJUSTAMENTO ESTRUTURAL EM ÁFRICA: ESTUDO DE CASO DA GUINÉ-  
BISSAU A PARTIR DOS ANOS DE 1980**

**REDENÇÃO, 2017**

**TAMILTON GOMES TEIXEIRA**

**AS POLÍTICAS ECONÔMICAS E ANÁLISE DE PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL EM ÁFRICA: ESTUDO DE CASO DA GUINÉ-BISSAU A PARTIR DOS ANOS DE 1980**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo do Curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Licenciado em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

**REDENÇÃO, 2017**

**TAMILTON GOMES TEIXEIRA**

**AS POLÍTICAS ECONÔMICAS E ANÁLISE DE PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL EM ÁFRICA: ESTUDO DE CASO DA GUINÉ-BISSAU A PARTIR DOS ANOS DE 1980**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo do Curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Licenciado em Sociologia.

Aprovado em: \_\_\_\_ de dezembro de 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador e presidente: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

---

Examinador Prof. Dr. Vico Dênis Melo de Sousa

---

Examinador Prof. Dr. Sebastião André Alves de Lima Filho

## Resumo

Presente trabalho tem por objetivo analisar profundamente aquilo que vem sendo as políticas econômicas em África desde independência de maioria dos seus países de jugo colonial. Mas, o artigo vai-se centrar especificamente no programa de “Ajustamento Estrutural” e suas políticas advindas das Instituições de Breton Woods (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), analisando o caso de Guiné-Bissau, a partir da primeira república (1974) até 2014 (período de ultimo escrutínio na Guiné-Bissau). Guiné-Bissau era uma das ex colônias de Portugal por séculos, ficou independente apenas em 24 de setembro de 1973 (independência informal) e 1974 (formal), após longos anos de luta de libertação armada, dirigida por Amílcar Cabral. Após a independência, o país adotou modelo econômico socialista soviético, com uma economia planificada (economia de estado). Num regime fechado, de partido único, o país nunca chegou a prosperar economicamente (AUGEL, 2007). Em 1980, aconteceu um golpe militar, denominado pelos seus autores de “Movimento Reajustadora”, liderado por General Nino Viera, o país vai conhecer as políticas de “Programa de Ajustamento Estrutural” e os seus *modus operandi*, já num contexto de guerra fria e, com os EUA em vantagem. Com o desmoronamento do bloco leste europeu, na qual URSS (União das Republicas Socialistas Soviéticas), fazem parte e os países que estavam ancorados a ela vão ter que ceder ao novo imperialismo econômico norte-americano. Foi nesse contexto que o país aderiu a democracia e liberalização de mercado, que eram umas das exigências de PAE (Programas de Ajustamento Estrutural). O que vamos tentar estudar e compreender é, como foi que decorreu todo esse processo e quais foram impactos socioeconômico e político de PAE na Guiné-Bissau. Trabalharemos com materiais já produzidos e documentos disponíveis acerca.

**Palavras Chave:** África. Breton Woods. Ajustamento Estrutural. Guiné-Bissau.

## Abstract

This paper aims to scrutinize the economic policies that has been adopted in Africa since the emancipation of most of its countries from colonial influence. But the article will focus mainly on the "Structural Adjustment" program and its policies, starting from the Breton Woods Institutions (World Bank and International Monetary Fund), analyzing the case of Guinea-Bissau from the first republic (1974) until 2014 (the last scrutiny period in Guinea-Bissau). Guinea-Bissau was one of the former colonies of Portugal for centuries and became independent only on September 24, 1973 (informal independence) and 1974 (formal), after long years of armed liberation struggle led by Amílcar Cabral. After emancipation, the country followed a Soviet socialist economic model, with a planned economy (state economy). With a closed single-party system, the country never thrived economically (AUGEL, 2007). In 1980, a military coup, called by its shapers as the "Readjustment Movement" led by General Nino Viera, the country faced the policies of the "Structural Adjustment Program" and its modus operandi, during a cold war context with the USA at an advantage. With the collapse of the Eastern European bloc, in which the USSR (Union of Soviet Socialist Republics) are part and the countries that were anchored to it will have to bow to the new American economic imperialism. It was in this context that the country adhered to democracy and market liberalization, which were one of the requirements of SAPs (Structural Adjustment Programs). What we are trying to study and perceive is, how did this whole process proceed and what were the socioeconomic and political impacts of SAPs in Guinea-Bissau. We will work with materials already produced and others available documents about this issue.

**Keywords:** Guinea-Bissau, Africa. Breton Woods. Structural Adjustment

## 1 - INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau possui mais de oitenta ilhas e ilhéus (AUGEL, 2007) com um ecossistema abundante, é um país que pelo seu modelo econômico vigente e adotado após ajustamento estrutural, tem tendências e viés para industrialização.

Depois de segunda guerra mundial (1945), houve uma série de mudanças na política econômica internacional, e este por sua vez, teve um impacto forte que ocasionou o reordenamento de cenário geopolítico global. EUA (Estados Unidos da América) como um dos vencedores da II grande guerra e, aquele que mais teve “ganhos” com a guerra (Santos, 2014), vai se consolidar como potência mundial mais pujante, e através de suas políticas econômicas de livre mercado de matriz *Smithiana* e espírito imperialista, vai passar a exercer uma enorme influência na política internacional e pregar, o que professor Boaventura S. Santos chama de “fundamentalismo econômico” (Santos 2014). Saído como potência hegemônica de guerra terminada em 1945, os E.U.A. passarão a ser o “gigante” da política e economia global (AMIN, 1987). Era o objetivo dos EUA- levar os seus *modus operandi* econômico e de mercado para o resto de mundo (SANTOS, 2014).

Para Wallerstein (2001) capitalismo e a sua dinâmica organizacional precisarão de territórios em formas de Estado para se consolidar e estabelecer. É dentro destas perspectivas que nós precisamos ir buscar para compreender a idealização e criação de muitos Estados em África e assim como na Europa, nascimento dos Estados nacionais com o processo Westfaliano e, em caso mais recente, a partir de ato colonial da ONU que obrigava a descolonização, sob forte influência dos EUA.

Na acepção de Wallerstein (2001), o Estado seria uma emanção de capitalismo organizado, um capitalismo que precisa de ordem e agentes de estado que possam lhe subservir. A resolução 1514 de ONU (que pressionou a descolonização dos países africanos) de 1960, faz compreender de que, independentemente das forças revolucionárias nativas, constitui-se um elemento e força principal para reivindicação das independências em quase toda África. (AUGEL, 2007). As potências que outrora se defrontavam para dividir o continente negro passariam agora a digladiar pela “emancipação” colonial dos povos africanos, pois, a leitura que se deva fazer é seguinte: muitas destas potências já precisavam do novo contexto com a ascensão de capitalismo, de um mercado e espaço para um novo tipo de imperialismo-capitalista e neoliberal.

Os países africanos, assim como a Guiné-Bissau, nasceram, não somente a partir de reivindicações nacionalistas locais, mas tiveram um forte e importante ancora nas relações e políticas internacionais vigentes (TEIXEIRA, 2015). É importante, para a nossa proposta de pesquisa, não perder de vista estes processos, pois, são cruciais. É a partir destas dinâmicas e processos políticos e econômicos que vamos analisar a Guiné-Bissau no contexto de Ajustamento estrutural que são as políticas das instituições de Breton Wood, sob forte influência e patrocínio dos E.U.A. As políticas neoliberais implementadas após a queda de muro de Berlim e consolidação de capitalismo americano, vai atingir também uma boa parte ou quase todos os países africanos, incluindo Guiné-Bissau, objeto da nossa discussão.

Sobre Guiné-Bissau- cravada na costa ocidental de África setentrional, ocupando uma área geográfica de 36.125km<sup>2</sup>, sendo que apenas 24.800km<sup>2</sup> são habitadas. Faz fronteiras com Senegal (ex-colônia francesa) pela zona norte com republica vizinha de Guiné-Conacri, pela zona sul é banhado pelo Oceano atlântico. A sua população é contabilizada em cerca de um milhão e quinhentos mil habitantes (AUGEL, 2007), sendo Bissau seu capital político e administrativo com 7km<sup>2</sup>. Com floresta tropical densa e uma fauna e flora rica, dando uma grande riqueza a sua biodiversidade e ecossistema. A Guiné-Bissau tem duas estações (uma chuvosa e outra seca). “Com os paralelos de 10° 59 e 12° 20” de latitude norte, e entre os meridianos 13° 40 e 16° 43 de longitude ocidental, numa zona de transição biogeográfica guineense-congolesa e sudanesa. O ponto mais elevado situa-se a 300 metros, acima do nível do mar, na Costa Atlântica (DELCANDO, 2016).

Guiné-Bissau era parte de império de *kaabu*, vassalo de legendário império de Mali, do imperador Sundiata Keyta (CARLOS LOPES, 1987, AUGEL, 2007). Ocupado pelos portugueses durante Sec. XV passou a constituir um dos territórios da caroa portuguesa.

Da Conferência de Berlim, vai se dar ao Portugal o direito de posse sobre território que hoje se denomina de Guiné-Bissau

Efetivamente, a ocupação da atual Guiné-Bissau foi distinta de Cabo Verde, que se caracterizou pela presença de feitorias em função do comércio, mas nunca pela ocupação efetiva. “Foi no contexto da Conferência de Berlim, realizada entre 19 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885, que se iniciaram propriamente a ocupação e novas formas de interiorização”. Vale lembrar que a participação do continente africano não respeitou nem a história, nem as relações étnicas e mesmo familiares dos seus povos. (TEIXEIRA, 2015, p.143)

Como antes colocamos, os grupos resistiram a essa presença e forma de ocupação arbitrária portuguesa. Vários grupos de maneira diversos se opuseram a imposição portuguesa. Por isso algumas literaturas (LOPES, 1987) apontam de que, foi na Guiné onde os portugueses encontraram mais resistência e contestação

“A revolta de grumetes de Farim, a perturbação de Biafadas<sup>1</sup> na navegação entre rio Bissau e Geba e as sucessivas revoltas dos Bijagós<sup>2</sup>, Balantas<sup>3</sup>, Manjacos e Mandingas<sup>4</sup> contra presença colonial tornaram-se intensas entre 1845 e 1878” (TEIXEIRA, 2015, p.2015).

De certo modo, essa era realidade que se vivia na Guiné- portuguesa, naquele momento. Os grupos étnicos contestaram fortemente a coroa portuguesa, Biafadas na zona norte, Balantas na zona sul e povo bijagós nas ilhas, estes últimos se vergaram apenas a colonização português devido escasso e poucos meios de defesa. (AUGEL, 2007, LOPES, 1987). A independência foi um processo complicado. Portugal ao contrário de outras colônias (mesmo com ato colonial) não deu e nem permitiu a possibilidade de negociar independência com a Guiné, como fizeram outras potências coloniais (CABRAL, 1978, LOPES, 1987). Apenas depois de 11 anos de dura guerra de guerrilha (luta de libertação nacional) que a Guiné-Bissau, através de PAIGC (Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde) criado pelo Amílcar Cabral, líder revolucionário, vai alcançar a sua independência de maneira unilateral em 24 de setembro de 1973, e Portugal vai reconhecer, como disse Carlos Lopes, de júri, em 1974.

A independência tinha representado um passo para “Bem-Estar” do povo guineense e seu efetivo avanço para progresso (AUGEL, 2007), os primeiros momentos de independência foram vividos com muita euforia e perspectiva De um Estado que proporcionaria a cada cidadão as promessas e a “messe” de luta Armada.

Formação da Primeira República e o modelo de Estado adotado após os 11 anos que durou a luta de libertação nacional na Guiné-Bissau, o país criou o seu primeiro Estado e proclamação da Primeira República. Assim, Luís Cabral, meio irmão de Amílcar Cabral foi confiado pelo PAIGC para dirigir o destino do novo país (Guiné-Bissau). Definiu-se a Bandeira Nacional (verde, vermelho, amarelo e preto) e definiu-se como a

---

<sup>1</sup>Biafadas são um dos grupos étnicos de Guiné-Bissau, situado sempre na zona sul, geralmente muçulmanos.

<sup>2</sup> Bijagós, povos conservadores, animistas, na zona sul, arquipélago dos bijagós, muito ligados a cultura de pesquisa de subsistência.

<sup>3</sup> Balantas, situados mais à zona norte de país, cultivadores de arroz e muito aguerridos a cultura local.

<sup>4</sup>Mandingas podem ser encontrados também entre norte e sul de Guiné-Bissau, provenientes, historicamente, de Reino de Kaabu, antigo vassalo de Império de Mali, do imperador Sundiata Keyta.

máxima: Unidade, Luta e Progresso. Como o partido que dirigiu a luta (PAIGC), já vinha carregado de princípios e aspirações socialistas e leninistas, o novo Estado acabou por ser a imagem e semelhança da sua base fundacional (AUGEL, 2007). Assim sendo, adotou-se também o modelo de Estado e Economia Planificada ou, simplesmente, Capitalismo de Estado.

## **2 - PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO**

Fracassado os intentos de industrialização e modernização de país durante a gestão de Luís Cabral (LOPES, 1987) com o golpe de Estado de 1980, liderado por João Bernardo Viera “Nino”, o país acabou por passar pelas várias transformações e mudanças socioeconômico que mudariam de maneira profunda, o estuário político e estatal guineense. Para Carlos Cardoso (1995) houve necessidade de abertura democrática no país com a onda das democratizações em África, Guiné-Bissau não escaparia a regra. Com uma capacidade econômica fraca, devido e inflação atingindo níveis altos, o país viu-se na situação de falência e sem capacidade produtiva, foi o período em que as pressões de Agencias de Breton Woods já se faziam sentir sobre países de porte econômico médio. O então partido único, PAIGC, partido libertador, teve que se submeter as pressões ou, “chantagens” que o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial faziam aos países africanos a exemplo de Guiné-Bissau. As Agencias de Breton Woods estavam mais determinadas em concretizar o seu plano liberal de abertura de mercado. Foi através do Programa de Ajustamento Estrutural que o país aderiu a democracia e o processo de livre comércio com a sua “teologia de mercado” para usar frase de Boaventura Sousa Santos. Para se sair de situação em que países africanos se encontravam, FMI e Banco Mundial vão propor uma série de pacotes e condições. Com o cenário a desenhar chegada de democracia, os guineenses agora podiam orgulhar duma nova narrativa, mais uma vez prometedora. A necessidade de abertura democrática era o que se ouvia nessa altura. Era preciso que país adotasse um modelo de Estado e política que seria de acordo com as estruturas ocidental-europeu de Estado. Com a entrada de democracia, o que se esperava era uma política de desenvolvimento industrial. Só que, como mais adiante vamos discutir, os países que davam e que ainda dão receitas para o desenvolvimento, ensinavam e ensinam as formulas e caminhos pelos quais eles não andaram, (CHANG, 2004).

Na Guiné-Bissau, como antes referimos, PAIGC acabou cedendo estas pressões e chantagens das instituições de bretton woods, o cenário agora desenhou-se novo- abertura democrática, após décadas de governação calamitosa, de perseguição, de falta de liberdade de imprensa, pobreza extrema e etc. PAIGC, que após golpe de 1980, derrubara ou suspendeu a constituição de então governo de Luís Cabral, agora viu-se obrigado a adotar e participar de elaboração de uma constituição, teria que ser uma constituição de cariz pluripartidária e com garantias de direito e liberdade, (TEIXEIRA, 2015) com a sua maior destaque a queda do Artigo 4 que consagrava ao PAIGC, como a única força política na Guiné-Bissau, isto ocorreu já no âmbito de abertura democrática.

Perante este cenário, os partidos foram criados, com maior destaque estavam as formações partidárias como: RGB (Movimento Báfata), PCD, FLING, liderado pelo François Mendy, PRS (Partido de Renovação Social), liderado pelo mítico líder, Koumba Yala e UM (União para Mudança). Pela primeira vez na Guiné-Bissau, podia-se assistir uma campanha eleitoral com “propostas”, para uma nova Guiné-Bissau, sustenta Carlos Cardoso,

“As origens da actual oposição ao regime do PAIGC não podem ser procuradas só no período da liberalização. Ela data dos primeiros anos após a independência. Podemos dizer que ela foi se constituindo pedra por pedra à medida que aos erros do próprio regime do PAIGC se vinham acumulando as condições propícias ao seu surgimento. Pela sua forma de surgimento distinguimos dois tipos de oposição. O primeiro, para além de ter um carácter mais histórico por ter surgido ao longo da trajectória política por que passou o país, é marcado por uma certa exterioridade em relação ao próprio aparelho do PAIGC e as estruturas do poder. O segundo tipo é de constituição mais recente e é em grande medida interno ao próprio aparelho, tanto do PAIGC como do próprio Estado.”(CARDOSO C., 2005, p.4)

Os partidos de oposição que nasceram antes e depois de independência, formaram suas posições e começaram a buscar suas bases no centro do país e assim como fora do país, PRS, partido liderado pelo Koumba Yala<sup>5</sup>, se configurou como um partido de peso e uma forte oposição ao PAIGC, devido ao seu cariz e força étnica das maiorias balantas, onde muitos, pertencentes à etnia balanta viram na figura de Koumba Yala, a possibilidade de afastar do poder o partido que, sob sua gestão morreram massivamente, um grande

---

<sup>5</sup> Koumba Yala, foi um líder político carismático, de etnia balanta, conhecido por seu tradicional chapéu vermelho, que tem um enorme simbolismo na tradição balanta. Presidente e fundador de PRS (Partido da Renovação Social). Foi eleito em 1999 Presidente de Guiné-Bissau após conflito civil armado de 7 de Junho de 1998.

número de oficiais balantas, entre eles combatentes de PAIGC e quadro de partidos de libertador. (AUGEL, 2007).

Uma vez ter compreendido esta realidade, Koumba Yala vai se valer de força, para fazer face ao presidente Nino Viera, na primeira eleição para presidência da República.

A pequeníssima percentagem com que Nino Viera conseguiu conservar-se no poder em 1994, apesar de toda a potência do aparato governamental à sua disposição, patenteia a desconfiança e a insatisfação que grassavam no seio da população. Quatro anos depois das eleições, essa crescente insatisfação e o desprestígio do governo mostravam-se cada vez mais agudos, indo desembocar numa séria crise política que culminou com o golpe militar desencadeador de um conflito político e militar em junho de 1998 a maio de 1999, pondo fim à hegemonia do PAIGC até aquele período, que vinha mantendo firmemente as rédeas do governo desde 1974.

Mesmo após o primeiro governo constitucional, o país nunca conseguiu se estruturar para dar um avanço no sentido de tão almejado e sonhado desenvolvimento económico e social. A primeira eleição multipartidária parecia trazer esperança aos guineenses, assim como a independência e Programa de Ajustes Estrutural (Ajustamento estrutural), houve, podemos dizer que foram várias tentativas de fazer a Guiné-Bissau progredir, como dizia Amílcar Cabral, a independência não faz sentido nenhum, (CABRAL, 1978), se o povo não ter a fartura e bem-estar. Assim também, defendia ele, que a independência não podia ser o hino e a bandeira, ela teria que se traduzir num facto social e realidade concreta.

A sociedade civil é um conceito elaborado pelo Gramsci e cunhado pela Sociologia como uma categoria sociológica. Assim como a sociedade civil precedeu todas as formas de Estado, assim também é na Guiné-Bissau, antes de PAIGC, tentar reunir os guineenses em volta de um projeto político (TEIXEIRA, 2015) já existia grupos sociais, étnicos entre outras formas de sociabilidade na Guiné -Bissau.

Portanto, esses grupos se organiza através de formas culturais, artísticas, desportivas e etc. Os grupos de *mandjuandade* e de *tina*<sup>6</sup>, são mais antigas e remotas que

---

<sup>6</sup>Mandjuandade e tina, são formas culturais de grupos urbanos de Bissau, principalmente mulheres. Mandjuandadi seria uma forma de organização que as mulheres fazem para cantar as musicas tradicionais que, geralmente contam histórias e situações de dia a dia guineense. Tina é um instrumento que *mandjuandadi* utiliza para produzir um certo instrumental musical, colocam cabaça dentro duma banheira e ao ser tocado produz o som desejado para o canto de tina.

o PAIGC, como demonstra o Sociólogo Ricardino Teixeira, no seu livro-“Cabo Verde e Guiné-Bissau, As relações entre a sociedade civil e o Estado”.

Podemos falar no papel que a sociedade civil guineense sempre prestou e presta a sociedade guineense, nomeadamente na política. Foi fácil o PAIGC conseguir a mobilização pois, já existia estruturas sociais locais e organizadas em Bissau para sustentação do partido. Embora, tenhamos que admitir que a sociedade civil na Guiné-Bissau foi sempre usada nos momentos políticos e para os fins políticos, sempre que houve qualquer iniciativa civil, cidadãos são cooptados pela sociedade política, assim como aconteceu com os grupos de *mandjuandade*.

Foi na sociedade civil, que a Guiné-Bissau encontrou um presidente de cariz popular, após golpe militar de 2003, um líder da sociedade civil, que fazia consenso entre os guineenses (Enrique Pereira Rosa). A sociedade civil guineense sempre comportou de maneira digna com relação aos seus desafios e compromissos. Apesar das suas ambiguidades étnicas, raciais e religiosas isto nunca impossibilitou tomada de grandes decisões na esfera pública. Ela sempre ajudou no preenchimento de lacunas deixados pelo estado (KOUAWO, 2001), no seu cumprimento do seu dever.

### **3- PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL: CONTEXTO E APLICABILIDADE NA GUINÉ BISSAU**

A crise económica que flagelava os anos 60, que teve início na América Latina (CRUZ, 2007), fazia sentir fortemente sobre os países credores um forte impacto nas suas economias internas e como tentativa ou busca de revirar a situação, o mundo, sobre tudo os países de rendimento médio vão sentir e sofrer com as políticas PAE. Em 1995, Guiné-Bissau apresentava seguinte quadro ,

“A situação económica da Guiné-Bissau atingiu, em 1995, um ponto tão crítico que foi preciso o apoio de FMI e do BM. Em 1986, o BM apresentou um relatório confidencial no qual revelava os seguintes problemas económicos:

- o excessivo consumo, quer particular quer público, provocando o aumento dos défices das dívidas existentes;
- produção agrícola mínima devido aos preços dos produtos demasiado baixos;
- enormes défices no orçamento do Estado, provocados por um investimento essencialmente não produtivo, pelo aumento das dívidas e pelos atrasos no seu pagamento;
- grande expansão monetária, provocando inflação e desvalorização;- grande dependência da ajuda externa”. (MONTEIRO, 1996, p.31).

Este cenário e quadro técnico económico, criou de maneira consistente, situação apropriada para que a Guiné-Bissau se submetesse às regras de BM e FMI para poder obter “ajuda”, pois

“Como os problemas eram de natureza estrutural, elaborou-se um Programa de Ajustamento a médio e longo prazo com as seguintes fases: fase de estabilidade (1987/1989), fase de desenvolvimento auto-sustentado (1993). Os caminhos a seguir seriam: -aumento de produção de agrícola tanto para consumo interno como para exportação, podendo esta última contribuir para obtenção de divisas para pagar as dívidas; redução do papel de Estado na provisão de infra-estruturas, de serviços sociais, da ordem pública, etc..., para reduzir o défice orçamental e conceder mais apoio aos setores produtivos;” (MONTEIRO, 1996, p.31)

Cada vez mais podia-se notar e compreender os intentos de Banco Mundial e FMI, as pressões em formas de receitas para Guiné-Bissau, demonstrava a necessidade de transformar este país num novo mercado consumidor. Faltou aqui, notamos uma preocupação em, antes fazer um diagnóstico sério e profundo sobre a realidade social e cultural para se ter uma ideia clara sobre que tipo transformação Guiné-Bissau precisava ou não. Saber se um país novo como era caso da Guiné-Bissau, já não precisava de Estado ao ponto de entregar tudo ao “mercado”.

De acordo com pesquisador de INEP, Isaac Monteiro (1996), tudo visava liberalização do comércio interno e abolição do monopólio do Estado nas actividades comerciais; diminuir a pressão fiscal no comércio interno e modernizar sistemas bancários e aumentar juros. Ora, os quadros apresentados pós Independência não era favorável a estas exigências toda.

Para Ki-Zerbo (2009) maioria dos países, sobre tudo as periféricas, que estavam constituindo suas economias, acabaram por ter que adotar o modelo oferecido pelo Banco Mundial e FMI como única saída. Os países foram, a nossa compreensão, obrigados a adotar as medidas e políticas de empréstimos a Banco Mundial e FMI mediante suas situações de economias insolventes.

“A importância dos factores externos, a dificuldade da maioria das economias de se reproduzirem sem esses recursos e a ausência de alternativas de financiamento internacional, tornou a entrada do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial uma (ou a única) possibilidade para a negociação da dívida e o acesso a novas fontes de financiamento.” (MOSCA, 2001, p.1).

Ali, podemos ter sensação e o início de processo de subjugação das economias, principalmente as africanas. Países de pequeno porte económico, sofrerão mais a pressão

e por serem incapazes de propor um contra-argumento (KI-ZERBO, 2009), o tempo era de “ajustamento estrutural”.

No âmbito destas políticas económicas restritivas, os recém nascidos países africanos, que estavam na tentativa de organizar sua economia pela primeira vez, tiveram que contar com a intervenção de BM e FMI (KI-ZERBO, 2009) isto vai tirar a África e os países africanos a capacidade de acertar e errar os seus próprios modelos de economia e mercado como os outros fizeram.

Mas o que propunha em concreto o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional? Uma pesquisadora brasileira, estudiosa sobre assunto, conhecedora de assunto, vai começar por dizer o seguinte,

“O Banco Mundial juntamente com o FMI passou a gerir os programas de ajuste estrutural com o objetivo de assegurar o pagamento da dívida que depende de fluxos de capital e exige altas taxas de juros e, propor reformas económicas aos países, a fim de que sejam quebradas as barreiras consideradas prejudiciais à implementação do neoliberalismo: protecionismo, excesso de regulação, intervencionismo etc. Essas proposições advêm principalmente do Consenso de Washington realizado em 1989, cuja reunião com técnicos do governo dos Estados Unidos, do Banco Mundial e do FMI, teve como principal objetivo debater um conjunto de medidas que deveriam ser adotadas pelos governos dos países [...]” (CARDOZO J.P, 2005, p.5).

Olhando para esse contexto, países como era o caso de Guiné-Bissau, não poderia ficar de fora e senteria a carga e pressão das agências de Bretton wood. Foi através e com esse processo que o país aderiu uma série de políticas, projectos, programas e narrativas, livre comércio, multipartidarismo e Democracia são casos práticos no contexto guineense. A Guiné-Bissau era um país novo, recém nascido com um viés económico e político centralizado e centralizador, nos viés socialista soviético. A primeira república era de cariz fortemente socialista com todos os caracteres de marxismo e leninismo.

“[...] economia política marxista, defende o Estado como o principal protagonista do desenvolvimento. Primado do colectivo, representada pelas burocracias, substitui os mecanismos de mercado por uma economia planificada sendo os recursos afectados administrativamente segundo as políticas de reprodução do modelo. Através do plano, as burocracias não apenas centralizam questões globais do Estado e do desenvolvimento como interferem em domínios de decisão individual como, por exemplo, a escolha do quanto e como consumir, o que estudar e onde e, em muito casos, o Estado decide sobre as pautas de comportamento individual e da sociedade. Do outro lado da oferta, pretende-se que o tecido produtivo seja configurado por empresas

socialistas( estatais e cooperativas), que gozam de uma estrutura monopolista com os consequentes efeitos desta situação.”(MOSCA, 2001,p.100)

Os PAE's mudaram estruturalmente o estuário socio-econômico e político guineense (CARDOSO C.,1995). Para positivo? Maioria das fontes estudadas e consultadas dirão que não. Para Ki-Zerbo (2009), foi um processo que deixou África de cabeça virada aos pés. Carlos Cardoso (1995) argumenta de que, além de pressionar a abertura democrática sem um estudo prévio e alterar os *modus operandis* sociais guineense, o PAE não teve resultados esperado, Lopes (1997) ajustes fiscais criou outros problemas aos africanos, por isso ele fala hoje em transformação estrutural e não ajustamento estrutural. Latouche (2004) vai ainda mais longe, para ele, África precisa de um desenvolvimento endógeno, interno que seja voltado para os africanos.

Foi através de PAE que a Guiné-Bissau foi obrigado a adotar a democracia e abertura política. A democracia chegou como a nova narrativa nacional, e com ela, estava também as usas promessas retóricas de garantias e direitos como se democracia fosse tudo isso, como podemos perceber na fala de (Schumpeter, 1961).

“Democracia não significa e não pode significar que o povo governe em qualquer dos sentidos de “povo” e de “governo”. Democracia significa apenas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que devem governa-lo [...] Assim um aspecto disto pode ser exposto dizendo-se que a democracia e o governo dos politicos.” (SCHUMPETER, 1961, p.347)

Esse governo dos politicos, pode ser entendido na nossa visão, também em planos macro e micro: dos políticos hegemônicos internacionais e nacionais. Onde os agentes internacionais (vinculados aos superpotencias) dão ordens aos politicos nacionais (vinculados aos países perifericos) fazem com que suas agenda fossem implementadas pelos representantes dos países perifericos. Para Cardoso (1995), não havia uma preparação e estrutura para o exercicio democrática seria, devido a falta de partidos bem estruturados e engajados na transição política de facto,

“Este facto, por sua vez, fez com que muitos partidos se tivessem constituído no exílio. Foi o caso do Movimento BaFatá, do PDP, do MUDe (Movimento para a Unidade e a Democracia), do Fórum cívico guineense, do Partido socialista. Isto condiciona uma outra característica comum a vários partidos da oposição que é a sua falta de enraizamento. Poucos são os partidos que podem falar de uma verdadeira implantação. Os mais avançados neste aspecto parecem ser o PCD e o Movimento BaFatá. A implantação dos outros, sobretudo no

campo, onde se encontra o grosso da população e portanto dos eleitores, deixa muito a desejar. Alguns dirigentes, como se não tivessem confiança naquilo por que lutam, preferem ter um pé no país e o outro no estrangeiro, como acontece com alguns líderes do Movimento BaFatá e do PDP.” (CARDOSO, 1995, p.15, 16).

Os PAE obrigaram a Guiné-Bissau a entrar na democracia mesmo desconhecendo-a, o que importava, era ter uma estrutura de Estado nos moldes ocidentais que favorecesse o capitalismo e neoliberalismo pois, esta é característica de capitalismo (Wallerstein, 2001).

Nem nas áreas como de saúde, educação e sector informal se fez sentir impactos positivos de PAE, (LOPES, 1987). As que tentativas que foram feitas de organizar a sociedade guineense e dar início a industrialização não foram alcançadas pois, simplesmente não havia estrutura para tal. Guiné-Bissau era um país novo e sem quadro a altura, ajustamento estrutural não deu tempo para que os países como a Guiné-Bissau pudessem se organizar. O que o capitalismo através das agências de Bretton Woods queriam de facto, era criação de um estado neoliberal (TEIXEIRA, 2015)

A universalização e mundialização dos conceitos e narrativas nunca granjearam o nosso mundo, resultados satisfatórios a não ser para os próprios criadores. Os E.U.A insiste em continuar ser o filantropo do nosso século, criando e dando receitas para todos. A ideia da democracia e o seu apressamento em África para fazer firmar o projecto de Washington, demonstra essa realidade.

A marginalização de África permitiu a certos grupos influentes uma espectacular influência na modelização política.

“Embora os Estados Unidos, numa visão apressada, não estejam particularmente interessados em África, foi este país que até agora liderou o processo de condicionalidade política ao continente. Segundo Moss (1995, Apud, LOPES, 1997), existe uma intensa actividade de várias organizações americanas para desengar políticas que universalizam os valores americanos, tidos como matriz universal da representatividade democrática. Isto tem transformado várias áreas do globo em terreno de experimentação socio-política. Esta realidade é particularmente em África.” (LOPES, 1997, p.141)

Essa mesma questão coloca-se quando fomos pensar o desenvolvimento. Narrativa criada após segunda guerra mundial (SANTOS, 2014) mas que acabou sendo forjada a ser meta de todos os países como o fim último.

Países como a Guiné-Bissau, não tem condições de fazer face aos instituições de BW e tão pouco concorrer no mercados com os ditos países de primeiro mundo. Por isso na nossa optica, o desenvolvimento tal igual adotado em África e na Guiné-Bissau gerou apenas pobres e desigualdade,

“A principal critica a ideia europeia do desenvolvimento e a pergunta: acumulação para quem? Pode-se afirmar que a mão invisível do mercado assegura o crescimento economico ótimo para todos e para cada um, mas isso não é verdade. Há sacrificados. Se não queremos que o crescimento seja cego, podemos procurar responder a essa questão fundamental. Qualquer crescimento capitalista produz ricos e pobres. Como remediar isso de maneira preventiva ou curativa? Assim, no plano ideológico, podemos colocar a questão da validade desse paradigma de desenvolvimento que significa, simplesmente, o crescimento e a acumulação aritmética...Reduz-se o projecto de sociedade a um objetivo economico.” (KI-ZERBO, 2009, p.135)

Mesmo o ex. Presidente João Bernardo Vieira “Nino” que efectuou golpe de Estado contra Luís Cabral, primeiro presidente de Guiné-Bissau, fazendo discurso de que o golpe era para estancar a modernização que ameaçava a tradição e memória tradicional (AUGEL,2007), vai ter condições de estancar as ondas de “modernização” e avanços de neoliberalismo, foi durante a sua presidência que a Guiné-Bissau se abriu mais para o mercado e conheceu mais as políticas de PAE e das agencias de Breton Woods.

“O Programa de ajustamento estrutural que começou a ser aplicado em 1987 vem assim reforçar a via de desenvolvimento liberal que o governo, muito tímidamente, começara a trilhar em 1983, e que a partir de agora decide adoptar definitivamente, abandonando assim os objectivos programáticos que inspiraram a luta pela independência e os primeiros anos da construção nacional.” (CARDOSO C, 1995, p.4)

As agencias como Banco Mundial, uma vez que o sistema de capital se consolidou passou a ter mais força e mais impacto no mundo inteiro e assim ter o seu poder mais rubustecido. Com a crise econômica nos anos 80, Banco Mundial e FMI tinham apenas como objectivos reestruturar as economias rubustas através de medidas austeris,

“Com a crise do capitalismo, a partir de 1980 o Banco Mundial sofreu uma transformação e passou a atuar como agência estratégica na reestruturação econômica dos países do Terceiro Mundo por meio dos Programas de Ajuste Estrutural. A evolução das ações do Banco Mundial é explicada pelo papel que ele desempenha junto aos países mais pobres, como um dos estrategistas do modelo neoliberal, e ainda, como principal agência de formulação do ajuste estrutural proposto aos países em desenvolvimento.” (CARDOZO J.P , 2005, p.2)

O que podemos concluir desse processo, é que com todo seu objetivo e necessidade expostas, os PAE não estavam interessados na minimização de problemas sociais na Guiné-Bissau, era apenas interesse, transformar a Guiné-Bissau num mais novo território das políticas neoliberais e capitalista.

Este cenário de países frágeis perante macro-políticas económicas internacionais continua sombrando ainda países como Guiné-Bissau, como propomos no assunto dentro do nosso tema, agora vamos ver e saber o que é Desenvolvimento Sustentável e quais são suas propostas e objetivos. Da vasta literatura sobre desenvolvimento tradicional e sustentável, vamos ver algumas concepções.

Santos (2014), acredita que o desenvolvimento é um simples forma que o ocidente encontrou para impor sua agenda aos países que ainda buscam a paz e felicidade social. Atraves das políticas económicas fundadas nos princípios e valores tradicionais ocidental.

Muitas destas políticas não tomam e nem levam em consideração a base e estrutura socio-cultural da sociedade guineense, uma sociedade onde cada grupo tem os seus modus operandis e dinâmicas socio-culturais, as políticas neoliberais entraram devassando tudo nessas sociedades (SANTOS, 2014). Ajustament estrutural foi para Cardoso (1995) a consolidação de projecto neoliberal em África e neste caso na Guine-Bissau. Um país que viveu mais de um século sob dominação colonial e imperialista ao se conquistar logo sua independência política chegou uma série das políticas que lhe impediu de organizar a sua economia (KI-ZERBO, 2009). Com a quebra do modelo económico e político social soviético, derrocada de URSS (União das Republicas Socialistas Soviéticas), vai se desenhar um novo cenário geopolítico e geoestratégia mundial. OS E.U.A passou-se a ser o Ator principal de política económica mundial com enorme influência, nas instituições económicas e financeiras como: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. As Instituições de Breton Woods, passarão a dirigir e dar formula/receitas aos restantes dos países, nomeadamente, as periféricas.

### **3.1. Os impactos diretos, socioeconómicos e político do PAE**

As ondas de privatizações de determinados sectores e instituições de Estado durante PAE, visava descarregar o Estado de muitos encargos, afastar o Estado de fazer negócios e controlar quase tudo, como preza regras dum Estado com padrão de economia planificada.com isso, perceber-se que,

“Durante PAE houve poucas mudanças na estrutura estatal. Verificou-se, porém, uma deterioração da qualidade administrativa, porque desde 1987 os salários reais anuais dos funcionários públicos baixaram em cerca de 20%. Os melhores funcionários públicos foram trabalhar em empresas privadas ou saíram para estrangeiro. Os que ficaram executavam outras tarefas durante as horas de serviços ou então dedicavam-se a atividades corruptas. O anarquismo e a paralização dos sectores estatais foram as consequências mais visíveis”. (MONTEIRO, 1996, p.36).

Os PAE, assim como a Independência, estavam longe de dar aos guineenses uma sociedade nova e “bem-estar”. Para Monteiro (1996), mataram a pequena agricultura, a econômica informal, onde se concentrava maioria de mulheres, tiveram que entraram num sistema que visava lucro para empresa e migalhas para funcionários. Se registrou pouca melhoria no país, de acordo com os estudos de INEP realizado no país nos anos 90 (MONTEIRO, 1996). A Guiné-Bissau não possuía condições nos anos 80 para adotar o PAE, com fraca capacidade e cultura de Estado, uma classe dirigente leigos das questões econômicas, PAIGC herdou um país de analfabetos (FREIRE, 1978) após a independência o quadro não se inverteu muito. Partido-Estado não tinha condições para determinadas exigências, por isso a eleição foi apenas um detalhe. O próprio pesquisador Isaac Monteiro, organizadores de “O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau, análise os efeitos socioeconômico”, vai concluir o seguinte:

“Nestas coisas, nenhum Estado está em condições de dirigir um Programa de Ajustamento Estrutural e até pode constituir-se entrave ao desenvolvimento. O INEP conclui que, o político é o responsável número um do insucesso econômico que a África conhece” (MONTEIRO, 1996, p. 37)

O PAE foi mal pensado e por isso teve os seus desastres que não ajudaram em nada a Guiné-Bissau (MONTEIRO, 1996), tentou-se várias políticas que mesmo assim, não houve grandes avanços, diminuição de papel de Estado, privatizações, os funcionários foram reduzidos até 30% em quatro anos, dentre várias outras medidas. A mercadorização precoce de Guiné-Bissau, pode ainda ser vista nos dias de hoje como principal falha que sucedeu ao país. Como antes falamos, não se levaram em consideração reais problemas de país,

“O PAE é apenas um programa a curto e médio prazo, um caminho em direção a um objetivo ainda não especificado. O PAE, não é um programa geral, apenas visa a recuperação da estabilidade econômica” (MONTEIRO, 1996, p.39).

Foi assim que o mercado guineense foi transformado “livre”, foi assim que se aderiu a democracia na Guiné-Bissau, sem estudos sérios e aprofundados. Não houve debates sobre democracia e muito menos sobre Ajustamento Estrutural e nem as Agências de Breton Woods, poucos guineenses podiam saber de facto de que se tratava estas políticas (AUGEL, 2007). Posturas estas, que mereceram as seguintes ponderações de Carlos Lopes,

“Experiências como as da República da Coreia e Taiwan mostram que as economias orientadas para o mercado pode ser alimentadas por áreas como o controlo direto de um largo leque de recursos, ou a distribuição equitativa, a fim de, justamente, facilitar a acesso da maioria da população ao mercado. O papel regulador do Estado e essencial para eliminar o monopólio e evitar a definição de Schumpeter de (criação destrutiva), quando grandes empresas capazes de explorar uma área e reduzir os custos sistematicamente destroem as pequenas iniciativas. Estas preocupações das teorias keynesianas parecem encontrar-se ausentes dos programas de ajustamento estrutural, particularmente na sua versão ortodoxa dos anos 80” (LOPES, 1997, p.47).

Podemos ver aqui, que Carlos Lopes (1997) deixou claro que não se podia pensar em deixar o Estado naquele momento fora de tudo que envolvia mercado. Achamos absurdos um país como a Guiné-Bissau naquele momento ser entregue à mercê de “mercado”.

#### 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ajustamento Estrutural em África foi um projeto de índole capitalista que não permitiu aos africanos possibilidades de criação de um modelo econômica e de inspiração com base nas inspirações endógenos africanos. Ao nosso ver, países como Guiné-Bissau foram obrigados a aderir uma série de narrativas e programas que visavam apenas atender as demandas e urgências de Banco Mundial e FMI.

O Estado guineense e sua democracia, nasceu principalmente, mas, não somente das políticas estruturais e conjunturais internacionais. Se compreendemos a criação de Estado a partir do processo de Westfalia Walleinstein (2001) talvez ter-se-ia a maior compreensão sobre a nossa tese. Ainda que tomemos o Estado a partir de contrato social de Rousseau, ela não deixa de ter no seu espírito as formulações ocidentais e suas dinâmicas socio-culturais, que mais tarde foi impingido a África. Aos africanos, não foram permitidos a possibilidade de pensar uma forma de Estado, de economia e sociedade com base nas suas aspirações socio-culturais. Cabral (1978) argumenta que, a África precisa olhar dentro da sua própria realidade e tirar lições para o construção do seu modelo e ideal tipo e isso não quer dizer descartar os ensinamento dos outros. Ki-zerbo (2009), quase na mesma linha de Cabral, acredita que os modelos exogenos não levam em consideração os aspectos culturais africanos. Por isso não houve grandes sucesso econômico e financeiras, Guine-Bissau continua um país fraco, economicamente, ainda exporta apenas castanha de Caju, depois importa os seus derivados aos preços elevadíssimos. No domínio de educação não houve grandes avanços e assim como na saúde, agricultura, etc. Para autores como Lopes (1997) e Ki-Zerbo (2009), a África foi e continua sendo vítima das gencias financeiras internacionais e seus Agentes. As narrativas continuam sendo para os africanos uma obrigatoriedade e para os ocidentais, conveniência. Desenvolvimento sustentável agora tem sido uma narrativa e teologia que todos devem saber e cumprir, mas dados apontam que os países que mais poluem, são os que menos teem contribuido para redução de agressão contra o planeta e meio ambiente.

Conluimos que é preciso estudar a Guiné-Bissau de maneira profundo e séria, analisar os quadrantes, acreditamos que é possível abraçar sim o mercado, mas é preciso discipliná-lo, de modo a troná-lo mais humano e socializante. Guiné-Bissau é um país pequeno, que possui enomrnes potencialidades econômicas e naturais, precisa-se, é pensar políticas consistentes e com base nas asculações locais (regiões, secções da Guiné -Bissau), promover dialogo para um desenvolvimento participativo e inclusivo. Para isso,

é preciso investir na Educação de base e superior digna, sem esquecer das novas tecnologias para dar mais avanço nas áreas como de telecomunicações e saúde. É preciso pensar a Guiné-Bissau de maneira endógena, o desenvolvimento que os guineenses precisam deve ser inspirado e aspirado pelos guineenses. Dizia Latouche (2004), projetos de desenvolvimento não podem ser projetos de mão única, precisa ser construído com base nas decisões comuns. A agricultura nacional precisa ter o seu tratamento e olhar para ela como atrasada, Amílcar Cabral, que realizou um estudo sério sobre Guiné-Bissau nos anos 60, compreendeu de que, é preciso apostar na agricultura local e dinamizá-la. Ajustamento Estrutural foi uma Agenda para Guiné-Bissau cumprir, quem tem agenda geralmente deve cumprir apenas. É preciso agora que, a Guiné-Bissau crie a sua própria Agenda nacional de Desenvolvimento.

## REFERENCIAIS

AMIN, Samir. **A estratégia mundial do capitalismo**. POLET, François e HOUTART, François (org). O outro Davos. Mundialização de resistências e de lutas. São Paulo: CORTEZA, 2002,P. 30-63

CABRAL, Amílcar. **Arma da teoria**. Unidade e luta. 2.ed. Lisboa: Seara Nova Lisboa. 1978, obras escolhidas de Amílcar Cabral, org. Po Mário de Andrade, v.I)

CARDOSO Carlos. **Transição democrática na Guiné-Bissau um parto difícil.Bissau,1995**. Instituto nacional de estudo e pesquisa (INEP)

CARDOZO, J.P Maria. . **Crise do Capital**. Ajuste estrutural e as reformas educacionais propostas pelo Banco Mundial. São Luis-MA.2005

CHANG, H-Joon. **Chutando escada: A Estratégia de Desenvolvimento numa perspectiva histórica**. Tradução Luiz Antonio Oliveira de Araújo-São Paulo, UNESP,2004

DELCANO, R.V. **Sociedade civil e desenvolvimento na Guiné-Bissau: um estudo dos grupos sociais no arquipélago dos bijagós, 1994- 2014**. 2016

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau, registro de uma experiência em processo**. 2ª ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando África?**: Entrevista com René Holenstein; tradução Carlos Aboim de Brito-Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

KOUDAWO, Fafali. **Cabo Verde e Guiné-Bissau**. Da democracia revolucionária à democracia liberal. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), Série Ciências, nº14, 2001 (Coleção Kacu Martel).

LATOUCHE, Sergie. **Pode África contribuir para resolver crise no Ocidente?** Barcelona. 2004

LOPES, Carlos. **A transição Histórica na Guiné-Bissau**; Coleção “KACU MARTEL”, nº2. 1987

LOPES, Carlos. **Compasso de espera**. O fundamental e o acessório na crise africana. Porto. Edições Afrontamento. 1997

MONTEIRO I. António, Org. **O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau. Análises dos efeitos Sócio-Económicos**. INEP.1996

MOSCA, Joao. **Ecruzilhada de Africa**. Enfase para os Palop,s.Coleção: economia e politica, Porto Alegre.2001

SANTOS, Boaventura S.(Org) **Democratizar a Democracia**: Caminhos da Democracia participativa. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, Socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Fundação de Cultura. Parte IV- “Socialismo e Democracia”, 1961.

TEIXEIRA, Ricardo J.D. **Cabo Verde e Guine Bissau**. As Relações entre a Sociedade Civil e o Estado- Recife: ed. Autor, 2015

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Historico e Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: contraponto, 2001.